

ESSE INFORMATIVO CONTÉM NOTÍCIAS NÃO OFICIAIS, ELABORADAS A PARTIR DE EMENTAS FORNECIDAS PELOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES FEDERAIS E DE NOTAS TOMADAS NAS SESSÕES DE JULGAMENTO POR SERVIDORES DA JURISPRUDÊNCIA, COM A FINALIDADE DE ANTECIPAR DECISÕES PROFERIDAS PELA CORTE, NÃO CONSISTINDO EM REPOSITÓRIO OFICIAL DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF 1ª REGIÃO. O CONTEÚDO EFETIVO DAS DECISÕES, NA FORMA FINAL DOS JULGADOS, DEVE SER AFERIDO APÓS A PUBLICAÇÃO NO E-DJF1.

**JUSTIÇA FEDERAL**  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**SESSÕES DE 16/08/2021 A 20/08/2021**

## Corte Especial

*Desapropriação. Juros compensatórios. Julgamento do mérito da ADI 2.332/DF Constitucionalidade do caput do art. 15-A do Decreto-lei 3.365/1941.*

O STF, no julgamento do mérito da ADI 2.332/DF, fixou as seguintes teses: i) *É constitucional o percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para a remuneração pela imissão provisória na posse de bem objeto de desapropriação;* (ii) *A base de cálculo dos juros compensatórios em desapropriações corresponde a diferença entre 80% do preço ofertado pelo ente público e o valor fixado na sentença;* (iii) *São constitucionais as normas que condicionam a incidência de juros compensatórios a produtividade da propriedade;* (iv) *É constitucional a estipulação de parâmetros mínimo e máximo para a concessão de honorários advocatícios em desapropriações, sendo, contudo, vedada a fixação de um valor nominal máximo de honorários.* O STJ reviu algumas das teses repetitivas antes firmadas para as adequar ao novo entendimento do STF. Dentre elas, houve revisão da Tese 126, que previa a incidência de juros compensatórios de 12% a partir de 14/09/2001, para considerar que o índice de juros compensatórios na desapropriação direta ou indireta é de 12% até 11/06/1997, data anterior à publicação da MP 1577/1997, e da Tese 282, atualmente delineada nos termos seguintes: i) *A partir de 27.9.99, data de publicação da MP 1901-30/99, exige-se a prova pelo expropriado da efetiva perda de renda para incidência de juros compensatórios (art. 15-A, § 1º, do Decreto-Lei 3365/41);* e ii) *Desde 5.5.2000, data de publicação da MP 2027-38/00, veda-se a incidência dos juros em imóveis com índice de produtividade zero (art. 15-A, § 2º, do Decreto-Lei 3365/41).* Unânime. (ApReeNec 0006279-63.1998.4.01.3700 – PJe, rel. des. federal Francisco de Assis Betti, em 19/08/2021.)

## Primeira Turma

*Militar temporário. Acidente em serviço. Incapacidade permanente para o serviço militar. Direito à reforma.*

A adequada interpretação das normas insertas no Estatuto dos Militares confere ao militar temporário que, acometido de acidente em serviço, se torna definitivamente incapaz para o serviço castrense, o direito à reforma, encontrando tal compreensão respaldo no entendimento firmado pelo STJ. Unânime. (Ap 0010278-35.2013.4.01.3300 – PJe, rel. des. federal Wilson Alves de Souza, em 18/08/2021.)

*Servidor público. Sentença anulada. Conversão de tempo de serviço prestado sob regime celetista anteriormente à Lei 8.112/1990. Legitimidade passiva exclusiva do INSS. Entendimento do STJ.*

O STJ tem entendimento no sentido de que a legitimidade para compor o polo passivo da demanda na qual o servidor público busca a contagem de tempo de serviço regido à época pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT é, apenas e tão somente, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Somente a partir da vinculação ao regime estatutário a legitimidade passiva *ad causam* passa a ser da Funasa. Precedente do STJ. Unânime. (Ap 0028900-06.2002.4.01.3800, rel. juíza federal Olívia Mérilin Silva (convocada), em 18/08/2021.)

## Segunda Turma

*Execução de sentença. Auxílio-doença. Desconto dos períodos laborados pelo segurado durante a incapacidade. Impossibilidade. Súmula 72 TNU.*

É indevido o desconto do período no qual, o segurado cuja incapacidade foi reconhecida judicialmente, exerceu atividades laborativas, vertendo contribuições ao RGPS. O retorno ao trabalho, no período em que estava incapaz, decorre da necessidade de sobrevivência, com inegável sacrifício à saúde do trabalhador e com possibilidade de agravamento do estado mórbido. Entendimento em consonância com a Súmula 72 da TNU. Unânime. (AI 1032723-60.2018.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal João Luiz de Sousa, em 18/08/2021.)

*Benefício previdenciário. Multa diária. Imposição à Fazenda Pública. Impossibilidade.*

O entendimento desta Corte, no que diz respeito à imposição de multa à Fazenda Pública para o caso de descumprimento de antecipação de tutela, é no sentido de que a cominação antecipada de multa pelo juízo *a quo* em caso de descumprimento da decisão que determinou a implantação do benefício é incompatível com os preceitos legais da Administração Pública. Unânime. (AI 1021547-84.2018.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal João Luiz de Sousa, em 18/08/2021.)

## Terceira Turma

*Contrabando de gasolina de origem estrangeira. Inviolabilidade do domicílio. Não ocorrência. Crime permanente.*

Conforme entendimento do STJ, o ingresso em moradia alheia depende, para sua validade e sua regularidade, da existência de fundadas razões que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio. O delito de contrabando, neste caso de importar ou ter em depósito gasolina de procedência estrangeira, possui natureza permanente. Tal fato torna legítima a entrada de policiais em domicílio para fazer cessar a prática do delito, independentemente de mandado judicial, porquanto existiu elementos suficientes de probabilidade delitiva capazes de demonstrar a ocorrência de situação flagrancial. Unânime. (Ap 0004931-71.2012.4.01.4200, rel. des. federal Mônica Sifuentes, em 17/08/2021. (Ap 0004931-71.2012.4.01.4200, rel. des. federal Mônica Sifuentes, em 17/08/2021.)

*Uso de documento falso. CP, art. 304. Crime-meio. Tráfico internacional de menores. Art. 239 da Lei 8.069/1990. Crime-fim. Princípio da consunção. Aplicabilidade. Condenação. Dosimetria da pena. Infima lesividade penal. Não cabimento.*

O delito previsto no art. 239 do ECA pune quem promove ou auxilia o envio de criança ou adolescente para o exterior com intuito de lucro, independentemente da finalidade do envio, vale dizer, para fins lícitos ou ilícitos. Não exige, para a sua consumação, a saída da criança ou adolescente para o exterior, contentando-se com a execução de qualquer ato de promoção ou auxílio da efetivação de ato destinado ao envio da vítima ao estrangeiro, sem as formalidades legais, ou com o fito de obter lucro. A objetividade jurídica do crime em questão é proteger o interesse do Estado Brasileiro de que as crianças e adolescentes somente saiam do território nacional com observância às regras legais. O tipo não preserva, somente, o correto exercício do pátrio poder, mas o interesse estatal de que a criança ou adolescente não saia de seu alcance, que fique fora dos limites de sua jurisdição. Assim, a convivência dos genitores não afasta a incidência do tipo. Precedente do STJ. Maioria. (Ap 0060558-67.2010.4.01.3800, rel. des. federal Mônica Sifuentes, em 17/08/2021.)

*Crime contra a honra. Calúnia contra funcionário público no exercício de suas funções. Art. 138 c/c 141, II, ambos do CP. Materialidade e autoria comprovadas.*

Para o aperfeiçoamento do crime de calúnia contra funcionário público no exercício de suas funções (art. 138 c/c 141, II, ambos do CP), além do dolo exige-se o elemento subjetivo especial, consubstanciado no *animus caluniandi*. Significa que a conduta do agente deve estar impregnada da intenção de ofender, denegrir ou atingir a honra do ofendido. Comprovadas a materialidade e autoria do delito de calúnia pois a ré, utilizando-se da Ouvidoria do TRF1, imputou à vítima a prática de fatos inverídicos, definidos como crime de prevaricação. Unânime. (Ap 0000945-57.2018.4.01.3826, rel. des. federal Ney Bello, em 17/08/2021.)

## Quarta Turma

*Ação de improbidade administrativa. Admissibilidade da ação. Hipóteses de rejeição. Não configuração. Desprovemento.*

Não configura ofensa ao exercício do direito de defesa a juntada posterior à manifestação prévia da prova compartilhada da ação penal (escutas telefônicas, quebra de sigilo bancário e fiscal...), se, na hipótese, os dados dessa prova pré-existente foram transcritos na peça da inicial da ação de improbidade administrativa, o que permitiu ao agravante a apresentação de defesa pormenorizada sobre as imputações, sem alegação de impossibilidade do exercício de defesa prévia, sendo de se destacar que a decisão que admitiu a inicial determinou a juntada de toda a prova e a vista do seu conteúdo aos demandados, antes do curso do prazo de contestação. Unânime. (AI 1036888-53.2018.4.01.0000 – PJe, rel. juiz federal Saulo Casali Bahia (convocado), em 17/08/2021.)

## Quinta Turma

*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Auto de infração. Nulidade. Comércio varejista de pescados. Supermercado. Inexigibilidade de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.*

O comerciante varejista de pescados não está sujeito à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, uma vez que a atividade por ele desempenhada não envolve a exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre, conforme o Anexo VIII da Lei 6.938/1981. Precedentes. Unânime. (ApReeNec 0025731-75.2010.4.01.3300 – PJe, rel. des. federal Souza Prudente, em 18/08/2021.)

*Passe livre em transporte público interestadual. Deficiente físico. Portador de visão monocular.*

A Lei 8.899/1994 ao tratar da liberalidade de passe às pessoas deficientes, estabeleceu que é concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual. A jurisprudência deste TRF1 tem decidido que, se a referida lei assegurou esse direito aos portadores de deficiência, afigura-se razoável aplicar a inteligência jurisprudencial no sentido de que a visão monocular se caracteriza como deficiência visual, com vistas a obtenção do referido benefício, e encontra-se em sintonia com um dos princípios fundamentais da Constituição da República, no sentido de se construir uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do art. 3º, I, da CF/1988. Precedente. Unânime. (Ap 0027939-74.2016.4.01.3800 – PJe, rel. des. federal Carlos Augusto Pires Brandão, em 18/08/2021.)

*SFH. Contrato de mútuo. Consolidação da propriedade do imóvel. Lei 9.514/1997. Notificação. Endereço do mutuário. Recebimento pela administração do condomínio. Validade. Intimação pessoal. Tentativas frustradas. Certidão do cartório. Notificação por edital válida. Regularidade do procedimento.*

Comprovada a tentativa frustrada de intimação pessoal do mutuário para purgar a mora, e tendo a correspondência sido entregue em seu endereço, afigura-se legítima a comunicação realizada, sob pena de inviabilizar o procedimento e de premiar a sua inércia em cumprir suas obrigações. Conforme já decidido pelo STJ, cabe observar que é raro as correspondências serem recebidas pelo próprio morador, sendo comum o recebimento pelo porteiro. O CPC, art. 238, parágrafo único, passou a prever, a partir da modificação introduzida pela Lei 11.382/2006, que se presume válida a intimação recebida no endereço declinado pelas partes. Precedente. Unânime. (Ap 1013381-93.2019.4.01.3600 – PJe, rel. des. federal Daniele Maranhão, em 18/08/2021.)

## Sexta Turma

*Concurso público. Aprovação de candidato em cadastro de reserva. Expectativa de direito à nomeação. Existência de cargos vagos. Utilização de servidores cedidos. Preterição. Demonstração. Ausência.*

A mera solicitação de autorização para abertura de novo certame durante a validade do anterior, bem como a existência de servidor cedido na unidade para a qual concorreu o candidato, não tem o condão de ensejar o direito à sua nomeação, porquanto não configurada nenhuma das hipóteses de preterição. Precedentes. Unânime. (Ap 1023633-40.2019.4.01.3800 – PJe, rel. des. federal João Batista Moreira, em 16/08/2021.)

*Responsabilidade civil. Concessão de serviço público. Usina hidrelétrica. Indenização por danos materiais e morais. Avarias em imóvel residencial. Responsabilidade exclusiva da concessionária.*

A Lei 8.987/1995 dispõe que incumbe à concessionária de serviço público a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade. A jurisprudência da Sexta Turma estabeleceu que é de responsabilidade da concessionária a indenização pelos danos advindos da execução de obras, serviços e atividades necessárias à exploração do serviço concedido. Precedentes. Unânime. (Ap 0004637-65.2016.4.01.3816 – PJe, rel. des. federal Jamil de Jesus Oliveira, em 16/08/2021.)

## Sétima Turma

*Juízo de adequação. Agravo de instrumento em execução fiscal. Desnecessidade de exaurimento na busca por bens penhoráveis para utilização do sistema Infojud. Repet-REsp 1.112.943/MA.*

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Repet-REsp 1.112.943/MA, entendeu que após o advento da Lei 11.382/2006, o juiz ao decidir acerca da realização da penhora *on line*, não pode mais exigir a prova, por parte do credor, de exaurimento de vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Tal entendimento sobre o Bacenjud deve ser ampliado aos sistemas Renajud e Infojud por serem meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados. Precedente do STJ. Unânime. (AI 1025393-12.2018.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal Gilda Sigmaringa Seixas, em 17/08/2021.)

*Apólice de seguro garantia. Apresentação no juízo de origem. Não atendimento aos requisitos legais. Ausência de comprovação de resseguro. Inidoneidade. Vigência com prazo determinado. Impossibilidade.*

Na forma da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o oferecimento de apólice de seguro garantia ou de carta de fiança bancária com prazo de validade determinado, sem aceitação da Fazenda Pública exequente, não se presta à garantia da execução fiscal, pois, com a longa duração de um processo judicial, pode haver o risco de inexistirem efeitos práticos à garantia oferecida. Precedente do STJ. Unânime. (AI 1025697-40.2020.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal Hercules Fajoses, em 17/08/2021.)

## Oitava Turma

*Embargos à execução de título judicial (repetição de indébito tributário). Possibilidade de a embargada/ matriz postular crédito em favor de sua filial.*

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a sucursal, a filial e a agência não têm um registro próprio, autônomo, pois a pessoa jurídica como um todo é que possui personalidade, sendo ela sujeito de direitos e obrigações, assumindo com todo o seu patrimônio a correspondente responsabilidade. O fato de as filiais possuírem CNPJ próprio confere a elas somente autonomia administrativa e operacional para fins fiscalizatórios, não abarcando a autonomia jurídica, já que existe a relação de dependência entre o CNPJ das filiais e o da matriz. Os valores a receber provenientes de pagamentos indevidos a título de tributos pertencem à sociedade como um todo, de modo que a matriz pode discutir relação jurídico-tributária, pleitear restituição ou compensação relativamente a indébitos de suas filiais. Precedente do STJ. Maioria. (Ap 0027812-88.2006.4.01.3800 – PJe, rel. des. federal Novely Vilanova, em 18/08/2021.)

ESTE SERVIÇO É ELABORADO PELO NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA/DIGIB/COJIN/SECJU.

**INFORMAÇÕES/SUGESTÕES**

FONES: (61) 3410-3577 E 3410-3578

*E-mail: [bij@trf1.jus.br](mailto:bij@trf1.jus.br)*